

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE – MT.**

PREGÃO ELETRÔNICO N. 048/2021

Processo Administrativo n. 744912/2021

MÁXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA (“recorrida”), inscrita no CNPJ n. 07.657.198/0001-20, devidamente qualificada nos documentos que compõem o seu acervo de habilitação, por seu representante legal ao final assinado, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto por **WM Resíduos LTDA**, com fulcro no art. 109, §3º da Lei Federal nº 8.666/1993, no art. 4, XIIIº da Lei Federal nº 10.520/2002 e no item 13.5. do Edital, e com base nas razões de fato e de direito a seguida expostas.

1. SÍNTESE DO PROCESSAMENTO DO CERTAME

Cuida-se de Pregão Eletrônico n. 048/2021, conduzido pela Secretaria Municipal de Saúde do município de Várzea Grande, estado de Mato Grosso, do tipo menor preço global, visando o *Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa capacitada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de saúde classificados nos grupos: “A” “B” e “E”, para atender nas necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande, Rede Cegonha, Unidades de Atenção Secundária, Centro Odontológico de Várzea Grande, CADIM, Vigilância em Saúde (Centro de Zoonoses) e Unidades Básicas de Saúde.* **O valor estimado para o presente pregão é de R\$ 2.848.762,25 (dois milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, setecentos e sessenta e dois**

reais e vinte e cinco centavos).

A RECORRIDA compareceu à sessão pública para participação da sessão sagrando-se vencedora da fase de lances, ofertando o valor de **R\$ 2.729.795,52**.

Razão pela qual as documentações da Máxima Ambiental foram devidamente analisadas pela nobre Pregoeira e equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, tendo na oportunidade acertadamente HABILITADA a Máxima Ambiental por oferecer a proposta mais vantajosa e principalmente, por ter capacidade técnica, financeira e jurídica para continuar com a execução da Coleta, Transporte, Tratamento de todos os Resíduos de Saúde produzido pelas unidades de saúde do município e após, sua destinação final, tendo em vista ser a atual prestadora do serviço.

2. PRELIMINARMENTE

2.1. Tempestividade das contrarrazões

O edital, no item 13.5., determina que o prazo para apresentação de contrarrazões terá início logo após a apresentação do recurso administrativo. O artigo 109, §3º da Lei Federal n. 8.666/1993, bem como artigo 4, inciso XVIII da Lei 10.520 de 2022, preveem que o prazo para contrarrazões é igual ao do recurso administrativo, qual seja, neste caso, 03 (três) dias úteis.

A recorrente interpôs as razões de sua irressignação no dia 03/05/2022 18h15min, portanto, fora do horário comercial, vindo está recorrida tomar ciência da apresentação do memorial recursal já no dia 04/05/2022. Sendo assim, o prazo para o RECORRIDO teve início no dia 05/05/2022. Portanto, a apresentação das contrarrazões encerrar-se-á em **09/05/2022 (segunda-feira)**, evidenciando assim a sua tempestividade.

3. DAS RAZÕES DA MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO DA MÁXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES

3.1. Da Generalidade do Recurso

Prezada Pregoeira, já em uma primeira leitura do documento intitulado “*RECURSO ADMINISTRATIVO*”, apresentado pela RECORRENTE, verifica-se a incúria desta, na qual e tão somente levanta questões genéricas sobre os documentos de habilitação

apresentados por essa RECORRIDA e, pela decisão dessa nobre banca julgadora em decidir pela habilitação da MÁXIMA AMBIENTAL.

Em suma, é um direito de todos contraporem argumentos a decisões, tanto na esfera judicial quanto na administrativa. Contudo, a vontade de recorrer deve vir resguardada de algumas premissas, sem a qual, torna-se inconveniente qualquer manejo de agravo.

E ao ler o “Recurso Administrativo” interposto pela Recorrente, nota-se que a mesma apenas tem o plano de postergar a decisão final da licitação em andamento, pois, o documento apenas cita deduções genéricas sem nenhuma FUNDAMENTAÇÃO dos apontamentos e pedidos.

O dever de fundamentar serve para todos, pois assim se afasta o subjetivismo de qualquer recorrente.

É notadamente conhecido por todos que há requisitos para a interposição de recursos administrativos que devem ser manifesto na peça, sem a qual, o documento não deveria ser recebido por desrespeito às normas regulamentadoras.

Marçal Justen Filho leciona a obrigatoriedade de haver presentes os pressupostos ensejadores de apreciação de recursos administrativo, vejamos:

“O cabimento do recurso administrativo sujeita-se à presença de determinados pressupostos. Sem esses pressupostos, nem se chega a apreciar o mérito da questão”¹

E um dos pressupostos que devem figurar no manejo do Recurso Administrativo é a ***fundamentação***.

Assim, entende-se que “o recorrente tem o dever de fundamentar sua insatisfação”. Não se reconhece um recurso sem a sua fundamentação.

Nessa direção, o **Decreto n. 10.024 de 2019**, assim assevera:

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

¹ Jutsten Filho, Marçal – Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 16. Ed. São Paulo; Revistas dos Tribunais, 2014, pág. 1191.

[...]

§ 3º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

Nesse diapasão não precisa esforço para perceber que o RECORRENTE apresentou o seu “RECURSO ADMINISTRATIVO” sem a orientação obrigatória dos pressupostos necessários para conhecimento do recurso.

Por este cenário, o RECURSO ADMINISTRATIVO da WM RESÍDUOS não deveria ser recepcionado, consequência esta que impediria a análise do mérito. Resultado para a ausência de sobriedade da RECORRENTE.

3.2. Da capacidade de tratamento de Resíduos de Saúde pela Máxima Ambiental.

A MÁXIMA AMBIENTAL está no mercado de tratamento de RSS há quase 17 anos, foi pioneira no Estado de Mato Grosso, coletando e tratando todos os grupos de resíduos oriundos da atividade de saúde.

Atualmente, atendemos os maiores geradores de resíduos de saúde do Estado de Mato Grosso, inclusive o Município de Cuiabá, Várzea Grande e Secretaria Estadual de Saúde, nunca tendo respondido a nenhum processo administrativo por violação de cláusulas contratuais ou, por desrespeito às normas vigentes.

A tentativa da RECORRENTE de tentar colar na Máxima Ambiental a ausência de capacidade técnica para execução do objeto, não encontra o mínimo de respaldo, é apenas uma tentativa desesperada de inabilitar a ora vencedora do certame em andamento, sem motivação plausível e muitos menos fundamentação.

Se encontrássemos seriedade na análise do ora RECORRENTE, este mencionaria que a ora RECORRIDA apresentou 03 (três) Atestados de Capacidade Técnica que atestam que a RECORRIDA realiza coleta, transporte e tratamento (autoclavagem, incineração e destinação final) dos resíduos de saúde dos grupos A, B e E. Os atestados se referem à prestação de serviços prestados no Hospital Geral e Maternidade de Cuiabá (**contrato em andamento**), para o

município de Cuiabá (**contrato em andamento**) e Hospital São Matheus (**contrato em andamento**).

Somado a isso, ainda somos a empresa que realiza a coleta, transporte, tratamento e destinação final de todos os resíduos de saúde gerados pelas unidades hospitalares do Município de Várzea Grande, tendo os nossos serviços fiscalizados e certificados pelo fiscal do contrato.

Muito embora não conste no instrumento convocatório, a comprovação de capacidade técnica deve se ater, salvo disposição em contrário motivado pelo órgão promotor da licitação, à comprovação técnica da maior parcela de relevância dos serviços a serem executados.

Posto isto, a Máxima Ambiental em respeito às regras do edital e leis vigentes, apresentou documentos que comprovam a capacidade técnica que possui em realizar o gerenciamento de resíduos de saúde nos moldes e condições elencadas primeiramente, pelas normas regulamentadoras específicas e pela contratante.

Nesse sentido, se guiou a Pregoeira e Equipe Técnica ao julgar pela capacidade técnica da Máxima Ambiental em realizar o gerenciamento dos resíduos de saúde daquele município, demonstrando sapiência e tecnicidade quanto à análise de documentação de habilitação.

Pois sabemos que até nos dias atuais há dificuldade em interpretar o artigo 30 da Lei 8.666/1993, pois, é quase impossível a lei esmiuçar os limites precisos que a Administração deverá adotar.

Para tanto, cito uma jurisprudência que comprova o encadeamento coerente da Pregoeira e Equipe Técnica quanto aos seus julgamentos:

Acórdão 1.942/2009, Plenário, rel. Min. André Luís de Carvalho:

“As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público.

Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de

comprometer o caráter competitivo do certame, devendo tão somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com das obrigações contratuais.

Tais exigências, ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado. (grifo nosso)

Para tanto, para que não reste nenhuma dúvida, a Máxima Ambiental possui contratos de prestação de serviço de Incineração e Disposição Final com outras parceiras, pois, como bem disse o RECORRENTE, é permitida a subcontratação de parte dos serviços, assim, apenas para conhecimento, segue cópias de contratos em vigor que dão conta do tratamento de incineração e disposição final de certos grupos de RSS.

SUBCONTRATADA	CNPJ	OBJETO	TEMPO DE CONTRATO
INCINERA TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA.	07.393.407/0001-75	Serviço de Incineração de Resíduos especiais com emissão de Certificado de Destinação Final	Indeterminado.
INCA INCINERAÇÃO E CONTROLE AMBIENTAL	07.271.139/0002-08	Recebimento, armazenamento temporário, incineração e destinação final licenciada.	20/08/2022

Em vista disso, conforme autoriza o Instrumento Convocatório, a Pregoeira poderá realizar Diligências a fim de se certificar se as informações acima se sagram verdadeiras, assim ficará demonstrada a verdade real dos fatos.

Destarte senhora Pregoeira e Autoridade Máxima, revela-se que a RECORRENTE não guarda razão em seus apontamentos em que pese a falta de capacidade técnica

que aquela tenta tatuar sobre a Máxima Ambiental, pois, através dos autos, demonstra-se mais do que claro que a MÁXIMA AMBIENTAL possui capacidade de sobra para a execução do objeto da licitação, ratificada pela nobre Pregoeira em sua decisão.

3.3. Da Eficiência de tratamento por Autoclave

A MÁXIMA AMBIENTAL sempre deteve a preocupação nata de ter os seus equipamentos em plena funcionalidade, de modo que, a manutenção preventiva dos seus equipamentos possui posição superior em uma escala de prioridades.

Todos os métodos de aferição de qualidade de equipamentos são importantes, contudo, sem a devida manutenção preventiva regular, a qualidade destes se torna precária.

Razão pela qual, as manutenções preventivas dos nossos equipamentos são recorrentes.

O documento atacado pelo RECORRENTE diz muito sobre a qualidade e pleno funcionamento de nosso equipamento de Autoclave. Quando se fala em Manutenção Preventiva de autoclaves, menciona-se o seguinte:

- processo realizado antes do uso, objetivando entregar o equipamento com **total capacidade de funcionamento**;
- **Análises periódicas com o intuito de identificar falhas antes de comprometer trabalhos de esterilização**;
- Manutenção corretiva: realizada a partir da constatação de erros, danos ou instabilidade do aparelho.

Equipamento em questão foi certificado por empresa especialista no ramo, conclamando que o equipamento está operando de acordo com aquilo que se espera.

Mais uma vez, o RECORRENTE levanta situações genéricas, sem comprovação nenhuma, Apenas aduz que o documento apresentado não atende ao disposto no edital.

Há de se deixar claro que o instrumento convocatório busca a escolha da melhor proposta e para tanto, estabelece condições para habilitação. Por vezes, apenas os documentos adstritos no edital não revelam integralmente a aptidão da empresa que visa se habilitar no certame.

O documento apresentado pela MÁXIMA AMBIENTAL dá conta sim de atestar a efetividade do processo de autoclavagem realizado por nós, pois fica claro após os testes realizados pela CONTRATADA, o equipamento encontra-se apto o PLENO funcionamento. Trata-se apenas de questão de hermenêutica.

Tanto é verdade, que a equipe técnica Ratificou o documento apresentado dando conta da sua efetividade quanto à demonstração da incontestabilidade que o documento cumpre sim os requisitos do edital.

3.4. Da Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde

Desde sempre, a MÁXIMA AMBIENTAL nunca descuidou da segurança e saúde dos seus colaboradores e, afirma estar regular quanto aos documentos e implementos do PGR e PCMSO.

Dentre os documentos citados, o que possui maior envergadura é o PGR, pois, como sabido, é um documento que consolida todos os riscos ocupacionais a que o trabalhador estará exposto: sendo, agentes físicos, químicos, biológicos, fatores ergonômicos e de acidentes.

O PGR é um instrumento integralizador para operacionalização e gerenciamento de riscos ocupacionais na empresa, bem como informar os riscos ocupacionais na organização e contém, no mínimo, os seguintes documentos: a) Inventário de Riscos; b) Plano de Ação.

Por sua vez, o PCMSO, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, que todas as empresas que possuem empregados expostos a riscos ocupacionais (agentes físicos, químicos, biológicos e fatores ergonômicos) devem possuir, e tem como objetivo proteger e preservar a saúde de seus empregados, conforme avaliação de riscos do Programa de Gerenciamento de Risco - PGR da organização. O Programa tem como orientações, por exemplo: a) rastrear e detectar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho; b) detectar possíveis exposições excessivas a agentes nocivos ocupacionais;

A ausência do PCMSO como anexo do PGR não é motivo bastante para subtrair qualquer empresa de um processo de escolha. Até por que, todas as condições estabelecidas por lei para comprovação de habilitação de qualquer empresa em processo licitatório foi rigorosamente comprovado.

A MÁXIMA AMBIENTAL, como qualquer empresa séria que é, tem sim o seu PCMSO, contudo, no momento de gerar o arquivo ZIP, para postar no sistema da BLL, o documento inexplicavelmente não foi comprimido.

Ante a ausência do PCMSO, o PGR por si só tem força suficiente para comprovar que a RECORRIDA atende às todas NR's para a execução de suas atividades.

Nesse sentido, o (a) Pregoeiro (a) poderá usufruir do procedimento de diligência a fim de averiguar a existência desse programa. Contudo, apenas com o intuito de informação/comprovação, segue anexo junto a este documento, o nosso PCMSO.

Por essa ordem, não houve desrespeito algum ao instrumento convocatório, tendo a MÁXIMA AMBIENTAL mais do que comprovado que preenche os requisitos técnicos e financeiros para dar continuidade ao serviço hoje prestado no município.

3.5. Posicionamento dos Tribunais Brasileiros quanto ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Para aquele que milita na seara do Direito Administrativo em especial, no campo das licitações públicas é sabedor que o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório sempre promoveu debates acalorados.

Pois sempre estava em jogo o *rigor formal* efetuado por Comissões de Licitações e Pregoeiros desprevenidos e burocráticos. Pois houve uma época que a busca da melhor proposta deu lugar a julgamentos rigorosos que na maioria das vezes afastavam verdadeiras empresas preparadas e com a melhor proposta de servir ao Estado e, conseqüentemente ao interesse público, deixando de oferecer o melhor preço com qualidade.

O que não é o caso deste órgão que promove a presente licitação. Muito pelo contrário.

O que se vê, é o alinhamento desta banca julgadora com as posições dos Tribunais Administrativos e Judiciais deste país.

É certo que o rigorismo formal em editais de licitação frustra o objetivo precípua da Administração ao realizar o certame, que é a de selecionar a proposta mais vantajosa.

Em análises a demandas, os Tribunais vêm se posicionando a favor de licitantes que deixam de apresentar certos documentos exigidos em edital, se, estes não influenciarem na comprovação que o licitante preenche os requisitos técnicos, fiscais e

financeiros para participar da licitação.

Em um aparente conflito de princípios, tendo o *princípio da vinculação ao instrumento convocatório* x *princípio da proposta mais vantajosa*, o acolhimento de um não aniquila o outro. Esse entendimento é o que tem prevalecido nas decisões dos Tribunais.

Vejamos:

Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (TCU - Acórdão 2302/2012-Plenário).

O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa. (TCU - Acórdão 8482/2013-1ª Câmara).

Prossigo apresentando outras jurisprudências:

"Constitucional e Processual Civil. Licitação. Instrumento convocatório. Exigência descabida. Mandado de segurança. Deferimento. A vinculação do instrumento convocatório, no procedimento licitatório, em face da lei de regência, não vai ao extremo de se exigir providências anódinas e que em nada influenciam na demonstração de que o licitante preenche os requisitos (técnicos e financeiros) para participar da concorrência." (STJ - MS 5647-DF, Rel. Min. Demócrito Reinaldo, DJ de 17/02/99, p. 00102).

"Direito Público. Mandado de segurança. Procedimento licitatório.

Vinculação ao EDITAL. Interpretação das cláusulas do instrumento convocatório pelo Judiciário, **fixando-se o sentido e o alcance de cada uma delas e escoimando exigências desnecessárias e de excessivo rigor prejudiciais ao interesse público**. Possibilidade. Cabimento do mandado de segurança para esse fim. Deferimento. O EDITAL no sistema jurídico constitucional vigente, constituindo lei entre as partes, é norma fundamental da concorrência, cujo objetivo é determinar o objeto da licitação, discriminar os direitos e obrigações dos intervenientes e do Poder Público e disciplinar o procedimento adequado ao estudo e julgamento das propostas. **Consoante ensinam os juristas, o princípio da vinculação ao EDITAL não é absoluto, de tal forma que impeça o Judiciário de interpretar-lhe, buscando lhe o sentido e a compreensão e escoimando-o de cláusulas desnecessárias ou que extrapolem os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar, da concorrência, possíveis proponentes, ou que o transmude de um instrumento de defesa do interesse público em conjunto de regras prejudiciais ao que, com ele, objetiva a Administração." (STJ - MS 5418-DF, Rel. Min. Demócrito Reinaldo, DJ de 01/06/98, p. 00024).**

Considerando os julgados acima, percebe-se que, tanto nos Tribunais Administrativos quanto nos Judiciais, o princípio da Vinculação ao Edital perde seus efeitos quando documentos exigidos no edital não comprovam a capacidade técnica do licitante.

Dessa forma, o **RIGORISMO FORMAL** deve ser afastado em detrimento da melhor proposta, e, contemplar o **RIGORISMO MODERADO**, quando, através de todo arcabouço documental restar comprovada a capacidade técnica e financeira do licitante em face do instrumento convocatório.

Esse equívoco de caráter meramente formal, ademais, não afeta ao princípio da vinculação aos termos editalícios, que deve reger todos os atos da Administração Pública no âmbito dos procedimentos licitatórios, de maneira que a manutenção da decisão recorrida é medida de rigor.

4. Conclusão e Pedidos

Diante do exposto, requer-se o não acolhimento das razões do recurso interposto pela WM RESÍDUOS, na medida em que esta empresa não atendeu aos pressupostos mínimos para interposição de recurso.

Na remota hipótese de recebimento do recurso, requer seja-lhe negado provimento, mantendo-se a habilitação e classificação da MÁXIMA AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS E PARTICIPAÇÕES LTDA, uma vez que improcedentes aos pontos impugnados, prosseguindo-se com a adjudicação do objeto do certame e demais atos voltados à celebração de contrato administrativo.

Termos em que pede deferimento.

Cuiabá, 09 de maio de 2022.

DEIVID MATOS DE OLIVEIRA
Representante Legal
Máxima Ambiental Serviços Gerais e Participações LTDA